

# Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença<sup>1</sup>

Abigail B. Bakan

Queen's University (Ontário, Canadá)

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente na revista *Rethinking Marxism. Journal of Economics, Culture & Society*, v. 20, n. 2, 2008. Tradução de Becca Freitas.

### **Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença**

**Resumo:** Este artigo sugere que a divisão entre marxismo e teoria antirracista colocada pela política da diferença precisa ser reconsiderada. É central para esse argumento o reconhecimento de uma certa política da “diferença” existente no trabalho de Karl Marx. A noção de diferença como se desenvolveu nos debates contemporâneos não foi uma categoria empregada por Marx. Apesar disso, o artigo mostra como diferença pode ser entendida, para se referir a várias formas de relações sociais conflituosas que ocorrem dentro da totalidade da sociedade capitalista. Para tal, tenta alargar o espectro de formas de conflito que estão em relações dialéticas e contraditórias dentro e através dessa totalidade e, assim, explicar as relações complexas e variáveis entre racismo e capitalismo.

**Palavras-chave:** 1. Racismo; 2. Marxismo; 3. Capitalismo.

### **Marxism and Anti-racism: rethinking politics of difference.**

**Abstract:** This paper suggests that the division between Marxism and anti-racist theory, as defended by the politics of difference, must be reconsidered. It is central for this argument the acknowledgement that certain politics of “difference” already existed in Karl Marx’s work. The notion of difference, as it was developed in contemporary debates, was not a category used by Marx. However, this paper shows us how difference can be understood as a way to reflect about the many ways in which conflictual social relations occur inside of the totality of capitalist society. For such purpose, it intends to broad the specter of forms of conflict who are in dialectical relations inside and beyond this totality and, therefore, it explains complex relations and variables between racism and capitalism.

**Keywords:** 1. Racism; 2. Marxism; 3. Capitalism.

**E**xiste hoje uma extensa literatura sobre a política da diferença, inspirada amplamente pelos debates filosóficos entre o que genericamente se chama de “pós-modernismo” e marxismo.<sup>2</sup> Teóricos anti-opressões, incluindo estudiosos críticos da raça e do pós-colonialismo, tem adotado o reconhecimento da diferença como um ponto de partida teórico e metodológico, frequentemente visto como uma bem vinda correção a um reconhecido reducionismo econômico associado ao marxismo (SAUL, 2003; SOLOMOS; BACK, 1999). Este artigo sugere que a divisão entre marxismo e teoria antirracista colocada pela política da diferença precisa ser reconsiderada.<sup>3</sup> Há, indiscutivelmente, muito mais espaço para coisas em comum do que pode parecer ou ser pressuposto.

É central para esse argumento o reconhecimento de uma certa política da “diferença” existente no trabalho de Karl Marx. A noção de diferença como se desenvolveu nos debates contemporâneos não foi uma categoria empregada por Marx. Certamente, Marx “não foi um filósofo da diferença no sentido pós-moderno” (ANDERSON, 2010, p.244), já que ele claramente se remete a um conceito centralizado de poder. Mas a diferença pode ser entendida, digamos, diferentemente, para se referir a várias formas de relações sociais conflituosas que ocorrem dentro da totalidade da sociedade capitalista. Nesse sentido, ela está implicitamente integrada nas categorias de sofrimento humano, ou de diferença humana socialmente construída, as quais operam juntas. Exploração é uma dessas relações sociais conflituosas, mas é comumente vista como a única relevante para a análise marxista; as outras duas são a alienação e opressão. Enquanto a diferença é frequentemente apresentada como caótica e

---

<sup>3</sup> Esse artigo é baseado no *Marxism and Anti-Racism: Rethinking the Politics of Difference* (BAKAN, 2008). Agradeço à Colin Barker, Paul Kellogg, Leo Panitch e Alan Sears pelos comentários em várias versões anteriores.

inexplicável, “bagunçada” e aparentemente arbitrária (JAMES, 2000), ler a diferença através de Marx sugere que esse caos aparente pode ser inteligível.

A diferença pode ser entendida não como o resultado de relações imutáveis que apontam para a fragmentação, ou como formas de poder múltiplas e universalmente equivalentes, mas como processos de conflito social disciplinadas por uma ordem – ainda que anárquica e competitiva – subjacente. Essa ordem competitiva é o produto de um sistema capitalista que depende e reproduz a atomização e separação entre os atores humanos. Cada processo – exploração, alienação, e opressão – opera com sua própria dinâmica. Cada um é historicamente específico e moldado pelas interações concretas entre relações subjetivas e condições objetivas que contribuem para a reprodução da totalidade capitalista. Esses processos distintos e em interação se manifestam em formações sociais historicamente específicas. Entender um mundo tão complexo e instável requer, como aponta Etienne Balibar (2002, p. 75), “noções complexas, noções dialéticas”. Esses conceitos fundamentais na estrutura de análise original desenvolvida por Marx podem ser vistos como contribuições para o que hoje seria denominado a “política da diferença”.

O foco da investigação aqui é especificamente a diferença racializada, entendida como atributos físicos ou culturais atribuídos, não baseados em padrões científicos de diferenciação humana, mas expressos em práticas, experiências e resultados materiais reais (BAUM, 2006). O racismo não é, é claro, a única forma de opressão, mas coexiste com o sexismo, homofobia, opressão nacional e assim por diante. Como Ella Shohat e Robert Sam (1994, p. 22). afirmam, o racismo “frequentemente viaja em gangues, acompanhado por seus parceiros sexismo, preconceito de classe e homofobia”. O racismo também interage de formas específicas com as fronteiras nacionais e processos de acumulação que são intrínsecos ao capitalismo e ao imperialismo. O foco aqui é sugerir como conceitos tão fundamentais como exploração, alienação e opressão no marxismo podem nos permitir entender a relação entre racismo e capitalismo através de uma lente da “diferença”, entendida de forma diferente.

Esse argumento restaura uma noção filosófica de totalidade, como entendida em Hegel e mantida em Marx. A ênfase, contudo, não é sobre a totalidade como puramente universalista, mas como uma totalidade contraditória dependente tanto da diferença quanto de seu oposto, a superação

da diferença através da solidariedade. Tal perspectiva se pergunta como sociedades capitalistas realmente existentes produzem e reproduzem relações sociais com uma variedade de formas de diferença construídas socialmente, politicamente e economicamente e uma variedade de formas de racismo. Mas no desenvolvimento do que Raya Dunayevskaya denominou a afirmação do sujeito revolucionário, as respostas antirracistas também se desenvolvem, o que tenta desafiar e superar certas formas de diferença baseadas na alienação e opressão enfatizando a unidade contra o capital e o poder imperialista (DUNAYEVSKAYA, 1973, p. 1981; ANDERSON, 1995; REIN, 2007).

Este artigo busca elaborar esse entendimento das categorias teóricas marxistas. Alex Callinicos (1982) identifica a tensão entre marxismo e a política da diferença, e aponta para uma raiz filosófica. A noção de diferença como colocada por Hegel é algo, ao mesmo tempo, transitório e negativo, a ser superado por uma síntese superior em uma totalidade unitária. Teóricos da diferença desafiam essa premissa implicitamente, senão explicitamente. Alternativamente, teóricos como Michel Foucault e Gilles Deleuze exaltam um conceito nietzschiano de pluralismo. Uma leitura economicista da teoria marxista, que reduz todo sofrimento humano a um tipo específico de diferença baseado em relações sociais definidas por processos de exploração, realmente parece minimizar ou marginalizar a aplicabilidade de uma estrutura de análise marxista. Manifestações de racismo que não podem ser explicadas nesses termos, seja historicamente ou em condições presentes, tendem a se tornar o foco de abordagens teóricas antiopressão não marxistas. Esse artigo tenta alargar o espectro de formas de conflito que estão em relações dialéticas e contraditórias dentro e através dessa totalidade e assim explicar as relações complexas e variáveis entre racismo e capitalismo.

### Considerando a divisão

Um breve resumo do terreno nos dois lados dessa divisão teórica é necessário. Ao teorizar o racismo dentro do contexto do capitalismo e imperialismo contemporâneos, muito do que é escrito da perspectiva da teoria crítica antirracista é influenciado pela política da diferença (DHAMMOON, 2010).

O marxismo é frequentemente reconhecido mas evitado, eliminado por sua aparente tendência a enfatizar relações de classe e materialidade econômica até o ponto de exclusão de outras formas de opressões e outras maneiras de entender a dominação. Cedric J. Robinson (2000) enfatiza a incompatibilidade inerente de uma perspectiva marxista com um paradigma antirracista consistente. Paul Gilroy (2004, p. 7) afirma que os teóricos antirracistas têm sido amplamente inspirados pela “abordagem antagônica à identidade da qual Michel Foucault foi pioneiro”. Muitos têm visto essa abordagem como mais útil “do que todas as teorias economicistas que minimizam a distinção da ordem racial resultante e então reduzem o racismo às tramas da vida estritamente econômica” (GILROY, 2004, p. 7-8). Frances Henry e Carol Tator (1999, p. 108) ligam as origens da noção de uma “política cultural da diferença” específica a Cornell West (1990). Sua análise do racismo como parte da construção de “discursos de dominação” no Canadá rejeita o que eles veem como o reducionismo simplista do marxismo em favor de uma abordagem inspirada por Foucault baseada nos estudos culturais (HENRY; TATOR, 2002, p. 31-32).

A divisão entre os paradigmas é identificada por John Sanbonmatsu (2004, p. 21-22). como tendo raízes históricas na política norte-americana dos anos 1960. Nesse período, “movimentos sociais experimentais”, incluindo o movimento por direitos civis localizado nos Estados Unidos e o *Black Power*, se somaram à Nova Esquerda e aos movimentos anti-guerra, numa expressão do “impulso visceral para destruir as estruturas remanescentes do sistema colonial mundial, do capitalismo e da propriedade burguesa”. Nesse contexto, o marxismo foi ou sujeito a um novo e implacável escrutínio ou então foi completamente deixado de lado, não sendo mais o *primus inter pares* que “parecia oferecer uma visão tão promissora de esperança para os oprimidos” (*ibid.*, p. 22).

Essa divisão não é, contudo, definitiva. Há marxistas proeminentes que claramente são também analistas do racismo. Eles incluem, por exemplo, autores como Robin Blackburn (1997, 1998, 2011), Angela Davis (1983), W.E.B. Du Bois (1969), C.L.R. James (1989), August Nimtz (2003), Walter Rodney (1972) e Eric Williams (1944). Do ponto de vista do outro lado do debate, um número de teóricos da diferença antirracistas identificam a importância do diálogo com ao menos certos elementos do marxismo, particularmente com

relação ao imperialismo. Tal perspectiva pode ser vista, por exemplo, nos trabalhos de Carole Boyce Davies (2007), Ania Loomba (2005), Charles Mills (1997), Sherene Razack (2004), Nikhil Pal Singh (2004) e Ella Shohat (1993).

Então há aqueles que tentam desenvolver ferramentas teóricas para suprir a lacuna teórica. David Roediger (1999), ao adotar o materialismo histórico, desafia a aplicabilidade universal do marxismo que minimiza as dimensões experienciais do racismo. Edward Said (2003) reconhece as contribuições de certos teóricos marxistas como Georg Lukács e Antonio Gramsci, mas rejeita a estrutura de análise geral marxista como eurocêntrica e uma vítima do orientalismo (JARAH, 1999). Theodore Allen (1994, 1997) desafia as visões marxistas tradicionais de dentro de uma estrutura de análise histórica marxista e considera o desenvolvimento do racismo e da “branquitude” como parte da emergência da consciência e das divisões da classe trabalhadora norte-americana. Allen tenta redefinir o conceito de formação de classe nesse processo.

As premissas teóricas em relação à política da diferença – premissas que respondem por uma divisão significativa se não universal entre abordagens antirracistas e marxistas – dão as bases para o foco dessa investigação. Uma questão central é a relação entre raça e classe. Há uma corrente de pensamento intelectual marxista com relação ao racismo que é vulnerável à acusação de reducionismo econômico, a qual tem caracterizado as críticas pós-modernas e da política da diferença. Por exemplo, Robert Miles (1982, 1984, 1987, 1988; ASHE; MCGEEVER, 2011), a partir de uma posição favorável ao marxismo, contrapôs a noção de migração de trabalho ao que ele considerou ser um conceito deslocado de “raça”, uma sugestão que provocou extenso debate, não menor entre marxistas antirracistas que resistem a tais reducionismos (GALABUZI, 2007). De acordo com Miles, o racismo, ao invés da raça, é motivado pelas mesmas forças produtivas ou similares que geram o processo de acumulação.

Essa ênfase na produção é prontamente aplicável às relações de algumas formações sociais, como a escravidão racial ou estados coloniais com instituições coloniais ou de segregação. Mas isso tende a minimizar o papel significativo do racismo em estados capitalistas avançados, particularmente em moldar a hegemonia da elite em períodos de democracia formal. Além disso,

insistir em uma associação direta entre racismo e o processo de acumulação minimiza as experiências complexas e frequentemente contraditórias através das classes na sociedade capitalista. Ademais, há pouca dúvida de que o trabalho de Marx, ao mesmo tempo que visionário no que diz respeito ao funcionamento geral do capitalismo como um sistema, também foi marcado pelo eurocentrismo e orientalismo dominante de seu lugar e tempo (ANDERSON, 2010). Um longo legado do “marxismo vulgar” engendrou desafios particulares para se ultrapassar as limitações tanto “do engessado pseudo-marxismo dos stalinistas quanto as tendências ‘críticas’ do marxismo moderno” (BANAJI, 2010, p. 61).

Himani Bannerji (1995, p. 30) reconhece a tensão problemática, insistindo na integração de Marx e Fanon na explicação das interações e intersecções complexas de classe e raça assim como gênero. Ela faz um chamado à um entendimento da diferença como “mais do que diversidade classificatória,” mas como algo que “codifica relações sociais e moral-culturais e formas de governo e estabelece identidades medindo a distância através de governante e governado, enquanto constrói conhecimento através do poder” Similarmente, Bruce Baum (2006). identifica o “eclipse parcial” do nacionalismo racializado no desenvolvimento da competição capitalista no período de 1840 a 1935, uma tendência identificada na sua fase inicial por Marx. No entanto, esse padrão não foi linear ou universal:

“A ‘raça’ permanece um dos mais importantes eixos de poder e desigualdade sociais no mundo contemporâneo (...). Resolver essas questões – particularmente o poder contínuo da ‘raça’ juntamente com a classe como uma fonte de desigualdade social estruturada – é certamente um dos grandes desafios políticos do século vinte e um” (Baum, 2006, p.118, 248).

### A “diferença” em Marx: exploração e além

Se o racismo não pode ser reduzido mecanicamente a um sistema de exploração, é também importante não reduzir o conceito de exploração de Marx a uma categoria puramente economicista, isolada da opressão e alienação.



Resnick e Wolff (1989) contribuíram para nosso entendimento da relação entre exploração de classe e outras formas de diferença indicando que não é somente o processo de produção de excedente que molda as relações de classe no sistema capitalista, mas também o processo de distribuição de excedente. Esses processos não são somente conectados na experiência vivida de relações sociais capitalistas, mas são também o tema de *O Capital* de Marx. Enquanto muita atenção foi devotada ao volume um, onde o processo de produção de excedente é exposto, é nos volumes dois e três em que o essencial lugar dos padrões de classe na reprodução das relações sociais capitalistas é analisado.

A exploração para Marx não é específica ao capitalismo, mas característica de todas as sociedades de classe. Há uma característica única da exploração capitalista, contudo, em termos de sua força motivadora: o impulso para a produção de mercadorias. Esse impulso gera uma tendência histórica única para as unidades de capital se auto-expandirem ou sofrerem eliminação em um mercado competitivo onde todas as mercadorias são comparadas umas contra as outras. A exploração capitalista empurra o impulso universalizado, competitivo em direção à extração de trabalho excedente da massa da população. No entanto, exploração não necessariamente envolve produção excedente, já que o capitalismo também se baseia na produção de serviços. Isso pode tomar uma variedade de formas, incluindo a reprodução social das mentes e corpos de trabalhadores ou a produção de mercadorias de serviço produzidas para assegurar que a mais-valia nelas incorporada seja realizada no mercado. Além disso, as relações sociais capitalistas de produção podem ser associadas com uma variedade de formas específicas de exploração, incluindo várias formas de trabalho livre e não livre (BAKAN, 1987; BAKAN, 2003; BANAJI, 2010).

Exploração para Marx, então, não é uma relação entre coisas, no sentido de uma medida econômica bruta, mas uma relação social que é mediada através do processo de produção. A exploração, portanto, interage com vários tipos e formas de diferença humana, o que serve para definir e redefinir certas características humanas. Como Resnick e Wolff argumentam:

“O método da teoria marxiana demanda a construção de ‘elos conectores’ entre conceitos abstratos de classe como processo e a conjunção concreta de relações sociais, conflitos sociais e mudança social. Tal método não soterra esses elos no interior de uma visão

simplista de que tais relações, conflitos e mudanças são mero epifenômeno das classes como determinante definitiva, de última instância ou final” (RESNICK; WOLFF, 1989, p. 115).

Nas condições vividas do capitalismo, a extração de excedente econômico e extra-econômico trabalham juntas. Outra forma de pensar sobre isso é que o sistema de exploração capitalista e o Estado capitalista emergem juntos; eles são mutuamente dependentes um do outro. Exploração não é o único fator na continuação e expansão do capitalismo. Os processos envolvidos na manutenção de um sistema de governo capitalista, ou o que Gramsci denominou de hegemonia da classe governante, não são somente econômicos, mas também políticos. O impulso econômico do capitalismo tende a anular as diferenças entre os seres humanos como trabalhadores mercantilizados; mas esses trabalhadores mercantilizados interagem em uma relação competitiva por meios de reprodução e sobrevivência escassos. O Estado hegemônico tende a enfatizar diferenças. O indivíduo competitivo é teorizado como o “homem universal”, articulado em democracias liberais através dos princípios de direitos e liberdades individuais, e a asserção do indivíduo abstrato como “cidadão” (BAKAN; STASIULIS, 2005). O Estado nas democracias ocidentais se baseou na atomização como parte da forma através da qual relações sistêmicas de exploração, assim como alienação e opressão são invisibilizadas e reificadas.

Alienação e opressão são centrais para a reprodução da exploração capitalista. Esses são outros conceitos para explicar e entender formas dinâmicas de diferenciação que também foram parte da estrutura de análise original de Marx; eles explicam relações que se mantêm centrais para a habilidade do capitalismo de continuar a se expandir e se reproduzir.

## Alienação em Marx

Alienação, um conceito retirado originalmente de Hegel e da escola alemã de filosofia idealista, se refere à distância geral da humanidade de seu real potencial. Diferentemente da exploração, a qual é, ao menos teoricamente, materialmente mensurável em termos de produção de valor, a alienação não é quantificável. Ela não é, no entanto, menos “real” em moldar como os humanos

se relacionam uns com os outros, seja em maneiras que são solidárias, as quais resistem à alienação, ou competitivas, as quais expressam e exacerbam a alienação. Para Marx, todos aqueles que vivem sob a sociedade de classes – qualquer forma de sociedade de classe e não somente o capitalismo – sofrem de alienação. Esse conceito é desenvolvido mais claramente nos primeiros escritos de Marx e Engels dos anos 1840, e mais tarde por Marx nos *Grundrisse*, os cadernos que delineiam as bases do *Capital* (Marx, 1963, 1973a). Ao mesmo tempo em que houve um debate significativo com relação ao lugar da teoria da alienação original de Marx em seu desenvolvimento intelectual ao longo da vida, não há dúvida de que essa teoria foi constitutiva de sua contribuição original ao pensamento contemporâneo (ALTHUSSER, 1969; ALTHUSSER; BALIBAR, 1970; LUKÁCS, 1971; MÉSZÁROS, 1972; ROSDOLSKY, 1977; THOMPSON, 1995).

Marx tentou desafiar a noção de que o sofrimento humano, e a alienação humana especificamente, eram naturais, o resultado inevitável da vontade de Deus ou um ser espiritual fora do reino da ação humana. Distintamente de Hegel, Marx considerou que a alienação tinha raízes materiais em condições históricas concretas. As contradições tão fortemente visíveis na sociedade capitalista – a imensa lacuna entre potencial e realidade – indicam a extensão da alienação humana. Para Marx, a alienação emerge de quatro fontes: a distância da humanidade dos produtos do trabalho humano; do processo de trabalho propriamente dito; de outros seres humanos, onde o antagonismo entre as classes e, isto é importante, intraclasses é endêmico; e daquilo que faz os seres humanos únicos, ou o que Marx chamou de “ser genérico”. Isso pode ser entendido através da lente de uma política da diferença. Para Marx, a alienação está enraizada na construção de diversos níveis de contradição, ou “diferença”:

“entre humanidade e natureza; entre humanidade como realidade vivida em condições históricas específicas e humanidade como potencial; e entre alguns humanos e outros artificialmente separados e opostos uns contra os outros no interesse dos interesses materiais estreitos de uma classe minoritária de elite” (COX, 1998, p. 47-51).

A centralidade da alienação no pensamento de Marx recebeu atenção extensiva nas explorações filosóficas contemporâneas. Com relação aos debates que se referem às políticas da diferença, no entanto, tem recebido escassa

atenção. A alienação explica uma outra forma de sofrimento humano, abstratamente distinta da exploração embora, em termos concretos, interaja com ela. A alienação é expressa na distância entre o significado de “si próprio” e o significado de “outro”. Isso não é reduzível ao espaço geográfico do local de trabalho, tampouco ao espaço temporal da jornada de trabalho. A alienação cria um sentimento de solidão e isolamento, baseado em uma experiência universalizada de competição com outros seres humanos. Não é delimitada pela classe ou definida por qualquer lei de movimento totalizante. Mas permanece endêmica à sociedade de classes, e toma uma forma extrema na sociedade capitalista em particular. Relações competitivas entre indivíduos, cultuadas pelo fetichismo do mercado e a universalização da forma mercadoria, forçam um sentimento de alienação de um ser humano do outro, sem razão racional ou aparente.

Essa abordagem das contradições colocadas por várias formas de diferença pode explicar não somente o sentido de distância do “outro”, mas também o potencial para criação ativa de seu oposto: um movimento de solidariedade e uma visão de um novo mundo livre de alienação humana. O *ethos* do individualismo nas democracias burguesas ou liberais se combina com a experiência alienada vivida de isolamento e um sentimento de separação, ou diferença, de outros indivíduos. A alienação, então, não é contraposta à exploração, mas é expressa dentro e por meio desses outros processos. Enquanto a humanidade não tiver alcançado seu potencial completo em uma sociedade motivada pela satisfação das necessidades humanas – o que Marx considerou um mundo de socialismo genuíno – então a alienação continuará. Além disso, a alienação afeta todas as classes, sendo tanto opressor quanto oprimido considerados alienados da condição humana - uma condição que para Marx é inerentemente social e coletiva.

Dessa perspectiva, o racismo pode ser entendido em parte como uma codificação ideológica e expressão prática de alienação extrema, afetando não somente o “outro” oprimido, mas o designado opressor hegemônico “branco” também. Balibar (2002, p. 43) de maneira semelhante descreve o racismo como um “fator agravante” contribuindo para um “sentimento de insegurança de massa”. O racismo divide os seres humanos de outros seres humanos de uma maneira que é, como Miles corretamente enfatiza, completamente infundada

cientificamente e, na verdade, aleatória, mas que parece, ou “dá impressão”, de não ser aleatória, mas significativa. Nos termos de Gramsci (1971), o racismo é integrado no processo da hegemonia capitalista para parecer senso comum. O racismo oferece uma ideologia organizada, ostensivamente coerente e um sistema institucionalmente forçado de “nós” e “eles”, como forma de possuir um elemento racional.

O racismo, portanto, serve para oferecer sistematização, ao menos à alguns aspectos da alienação. Ele proporciona uma estrutura de análise, definida por algumas características determinadas de traços físicos ou culturais, que opõe membros dos explorados contra outros membros da sociedade, incluindo membros de sua própria classe. O impacto do racismo em baixas de salários, no moldar de exércitos de reserva de trabalho, e dividir mercados de trabalho é amplamente reconhecido (GALABUZI, 2005; AGOCS, 2002; ALLEN, 1994, 1997; KEUNAB [1993] 2010). Ao mesmo tempo, o racismo enevoa as distinções de classe que poderiam, de outra forma, ser mais visíveis (SINGH, 2004). Nesse sentido, o racismo pode enevoar uma forma de diferença, a diferença de classe, ao mesmo tempo em que cultiva diferenças que isolam indivíduos de aliados potenciais dentro das mesmas classes.

### Alienação e a hegemonia branca

Há um debate considerável na historiografia Marxista com relação à natureza específica da relação entre racismo e a ascensão do capitalismo. Embora uma elaboração histórica detalhada vá além do foco dessa discussão, não é difícil ver como uma noção marxista de alienação é útil para explicar a diferença e a racialização como manifestas em processos globalizados de subjugação de setores inteiros da humanidade através da conquista, colonização e escravização. Além disso, é um fato histórico que o capitalismo mercantil e a escravidão – e a ideologia do racismo científico especialmente associada com a escravidão atlântica – a desenvolveu e avançou como parte de um processo único e simultâneo (BAUM, 2006).

Para propósito dessa discussão, é importante notar que (i) o racismo da escravidão atlântica foi único ao ligar o bárbaro comércio de corpos humanos à

noção capitalista de propriedade privada e (ii) uma versão específica de ideologia racista emergiu nesse contexto que foi entendida como compatível com os “direitos universais do homem” sobre as bases de que certos humanos, definidos por características raciais determinadas, deveriam na verdade não ser considerados humanos de forma alguma. Escravos, como bens-móveis, eram tratados como animais que eram comprados, vendidos e “domados” de uma forma similar ou pior do que o tratamento de gado ou cavalos (Blackburn, 1997). Essa expressão ideológica de extrema desumanidade legitimou a brutalidade e abuso em massa dispensados àqueles de pele negra e origem africana, um padrão que era típico durante o período de domínio das Américas do sistema de produção de *plantation* escravista, em total crescimento entre 1640 e 1715, e que continuou no sul dos Estados Unidos ao menos até a Guerra Civil (1861-1865). As colônias inglesas e francesas em particular viram a construção de “sistemas intensivos de exploração (...) [baseados em] distinções sociais recentemente elaboradas e identidades raciais” (*ibid.*, p.311).

Com a desumanização da negritude veio a ascensão de uma elite branca definida por “raça” e isenta da exploração e opressão experimentadas pelos escravizados. Essa separação, ou construção de diferença, um componente no fazer-se da classe dominante, expressou o desenvolvimento de uma cultura, ideologia e mitologia da “branquitude” como parte das origens da expansão capitalista na Europa e através das Américas (IGNATIEV, 1995; LEVINE-RASKY, 2000; RAZACK, 2002; BAUM, 2006). A branquitude, apesar de aparentemente neutra, tornou-se definida e generalizada ao mesmo tempo que o desenvolvimento do “outro” na escravidão racializada. Peter Fryer (1984) traça o desenvolvimento do racismo como uma ideologia cientificamente justificada especificamente na tradição oral e nos diários da plutocracia do Caribe Britânico dos séculos XVII a XVIII. O racismo emergiu como uma forma de sistematizar a alienação e como um componente central da expansão capitalista, como parte de um processo histórico único.

Allen (1994, 1997) identifica o uso da branquitude como uma forma de desenvolver um sistema de controle social no sul dos Estados Unidos no *antebellum*. Aqueles que não podiam se tornar empregadores ou mesmo arrendatários, a longo prazo poderiam ser recrutados sob o interesse do controle social para o status “promovido” da “raça branca”. Essa era uma

resposta da elite para contrapor-se à unidade entre trabalhadores compulsórios [*bond-laborers*] e os livres pobres. A construção da branquitude no sul dos Estados Unidos apresenta um vivo exemplo histórico da emergência da hegemonia branca e suas interações tanto com a exploração quanto com a opressão de gênero no contexto da alienação.

Esse arranjo foi implementado através da concessão para os Americanos-Europeus pobres de um conjunto de privilégios de pele-branca, privilégios que não requeriam sua promoção para a classe dos proprietários. Tais privilégios eram os direitos civis de possuir armas, de advogar e testemunhar em procedimentos legais e de se mover livremente com a presunção de liberdade. Então, *direitos* que eram direitos inatos de todo homem na Inglaterra eram passados como *privilégios* na América, mas privilégios que, pelo princípio da opressão racial, necessariamente excluía qualquer pessoa, livre ou vinculada, com qualquer nível perceptível de ancestralidade africana (a regra da “uma gota” de sangue africano/negro).

Entre esses direitos da “raça branca” estava o direito de se casar. A proporção de trabalhadores compulsórios euro-americanos em diminuição, estando dada para poucos anos, tinha o casamento como um direito em perspectiva. Esse direito, no entanto, era negado aos trabalhadores compulsórios de ascendência afro-americana os quais, no século XVIII, se tornaram a principal força de trabalho nas colônias de *plantation*. A recusa de “proteção matrimonial” às mulheres afro-americanas contribuiu para a criação de uma *forma americana de supremacia masculina absolutamente única*, o privilégio masculino-branco de qualquer homem euro-americano de pressupor intimidade com qualquer mulher ou menina afro-americana. Homens das classes empregadoras costumeiramente exerceram esse privilégio com relação às mulheres das classes trabalhadoras. O que a ideia de “raça branca” fez de único foi conferir esse privilégio para um todo um conjunto de homens da classe trabalhadora sobre mulheres de outro conjunto do povo trabalhador e reforçou o privilégio transformando em uma ofensa capital que qualquer homem afro-americano levantasse sua mão contra qualquer homem branco. (SCOTT; MEYERSON, 1998).

O significado central da escravidão nas origens do capitalismo nos Estados Unidos não pode ser separada da centralidade e legados do racismo. W.E.B. Du Bois demonstra o caso claramente, escrevendo em 1946:

“Apesar de esforços desesperados para rescrever e distorcer essa história, alguns de nós devem se lembrar que, em 1776, quando três milhões de americanos brancos proclamaram a igualdade de todos os homens, eles estavam naquele mesmo momento mantendo quinhentas mil pessoas negras na escravidão, classificando-os nem ao menos como animais mas como bens imóveis. Sua prosperidade havia sido construída sobre dois séculos dessa escravidão e a independência que eles demandavam era meramente liberdade para seguir essa exploração de homens em matéria-prima e comércio” (DU BOIS apud FONER, 1970, p. 192-193).

O racismo, muito além do período da escravidão atlântica, provou ser uma fonte de divisão imensamente adaptável, mesmo na fase mais “democrática” do desenvolvimento capitalista (SINGH, 2004). Especificamente, a centralidade do comércio de escravos na expansão original do capitalismo e o racismo como um elemento definidor de como o “capitalismo realmente existente” tem se desenvolvido são termos importantes para entender as culturas de hegemonia branca pós-escravidão. O racismo, como uma forma de codificação e, nos termos de Gramsci, de “atribuir sentido” à alienação toma formas variadas e diversas em momentos específicos da acumulação capitalista, ainda mais na ocupação colonial e imperialista. As contribuições de Frantz Fanon (1963) podem ser entendidas como chave para nosso entendimento desse processo, apesar dele não operar em uma estrutura de análise marxista autoconsciente ou consistente. Em cores vivas, Fanon articula a experiência de alienação profunda dos colonizados, afetando os corpos, pensamentos e sentimentos da vida sob a ocupação militar, econômica e social imperialista. Isso poderia ser igualmente aplicado às experiências de numerosas populações que foram sujeitas à conquista e opressão, o foco de muitos autores influenciados pelas políticas da diferença e estudos pós-coloniais (LOOMBA, 2005).

No entanto, relações racializadas específicas intra e interclasses também podem ser melhor “redefinidas” do que a noção ampla de hegemonia branca pode explicar. Os ajustes complexos da classe dominante dos Estados Unidos, por exemplo, para responder à resistência ao racismo através de uma adaptação



limitada à igualdade, enquanto mantinha a opressão sistemática, são recuperados em detalhe por Nikhil Pal Singh (2004). Se a alienação é a música de fundo, o show principal no palco precisa ser visto através de lentes mais focadas. Aqui, um conceito marxista de opressão pode se mostrar iluminador.

## Marx sobre opressão

As ideias de Marx com relação à exploração tem sido amplamente abordadas e debatidas na literatura marxista. E seus escritos sobre alienação são bem conhecidos em círculos marxistas, mesmo que não sejam normalmente considerados em termos de relevância para a teorização antirracista. Muito menos atenção, no entanto, foi dada às visões de Marx com relação aos processos de opressão. A opressão é a menos completa em teorização de todas as formas de relação humanas estudadas por Marx. Não há dúvida de que nem Marx nem seu colaborador ao longo da vida, Friederich Engels eram livres de certos preconceitos de seu tempo. Dado que suas vidas e experiências precedem o sufrágio universal e os movimentos sociais contra opressão que contribuíram para o senso comum da esquerda hoje, isso não deveria ser surpreendente. O ponto enfatizado aqui, no entanto, é que elementos significativos de uma estrutura de análise antiopressão foram ainda assim sugeridos no método desenvolvido por Marx. Essa estrutura de análise não foi produzida em um único trabalho, mas é exemplificada em vários escritos históricos e analíticos abordando a escravidão nos Estados Unidos, a questão irlandesa, a questão judaica, mulheres e a família, as questões como pobreza e o suicídio (MARX, 1972; ANDERSON, 1999; BAKAN, 2004).

Uma investigação detalhada dos escritos de Marx da perspectiva de uma teoria da opressão não pode ser alcançada nessa discussão limitada. De forma geral, no entanto, para Marx a opressão inclui tanto elementos ideológicos quanto materiais. Ela também é historicamente específica, não sujeita a leis de movimento gerais e comuns. Como a alienação e diferentemente da exploração ela desafia a quantificação; mas diferentemente da alienação, e como a exploração, ela é uma categoria socialmente concreta que só pode ser estudada e entendida em condições historicamente específicas. A opressão em Marx pode

ser descrita como tomando duas formas distintas: (i) opressão de classe, e (ii) a opressão específica de setores das classes, ou o que nós podemos chamar de opressões específicas. A opressão de classe é a forma vivida das experiências dos explorados, mas pode incluir aqueles que não são diretamente explorados, como os desempregados. Marx se referiu com frequência, por exemplo, às classes exploradas – se referindo ao proletariado, desempregados, campesinato, meeiros, escravos, servos e assim por diante.

O que pode ser chamado de opressão específica divide a classe trabalhadora ou qualquer outra classe oprimida contra ela mesma e por sua vez obscurece as diferenças de classe ao criar novas linhas de demarcação que são usadas como formas de subordinação. A opressão específica é particularmente necessária onde há um fio de unidade entre as classes oprimidas contra o bloco hegemônico. A opressão específica força um sentimento de competição entre os trabalhadores e dessa maneira enfraquece sua habilidade coletiva de resistir. É particularmente importante em condições de sociedades capitalistas avançadas, onde ela funciona contra a ameaça da universalidade de experiência imposta pelo sistema. As relações de produção da sociedade capitalista, marcadas pela exploração e busca pelo lucro, ao tratarem os trabalhadores de forma comum e unitária no esforço de fornecimento de força de trabalho mercantilizada, ameaçam reduzir a diferença e forjar elos de solidariedade.

Tendências contraditórias básicas com relação a opressão, então, são encontradas dentro do capitalismo. O capitalismo tende tanto a dividir os trabalhadores nas bases das opressões específicas dentro da classe quanto, ao mesmo tempo, pressioná-los em uma experiência comum de opressão enquanto classe, onde seus interesses são compartilhados. Os trabalhadores são divididos por opressões específicas, mas essa divisão também serve para esconder, ou reificar, a realidade vivida de cada indivíduo, intensificando a alienação mas também a representando de forma aparentemente racional.

Na *Miséria da Filosofia*, Marx elabora uma distinção entre opressão de classe baseada nas experiências comuns da classe trabalhadora, a qual fornece as bases para a formação de uma classe “em si”, e o ato de resistir à opressão de classe, o que depende da auto-emancipação consciente da classe trabalhadora ou do tornar-se uma classe “para si”. O seu argumento, desenvolvido como uma polêmica às visões de seu contemporâneo Proudhon é de que, no contexto de

defesa dos direitos, os trabalhadores se uniram nas primeiras formas de associações ou coligações sindicais. Marx viu a experiência de organização coletiva por local de trabalho como um exercício de organização de classe e de desenvolvimento de consciência de classe coletiva, moldada através de seu conflito com o capital. Ele percebeu esse processo como uma forma limitada e defensiva de resistência, mas também como um passo necessário e valioso para além de esforços para sobreviver ou resistir meramente enquanto indivíduos ao invés de coletivamente.

Assim, “condições econômicas haviam primeiramente transformado a massa de pessoas do campo em trabalhadores. A combinação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. A massa é então já uma classe em oposição ao capital, mas não ainda para si”. Marx apresenta, então, o fenômeno de opressão de classe, uma categoria distinta da exploração, com sua forma particular na sociedade capitalista. Ele aponta que “uma classe oprimida é a condição vital para toda sociedade fundada no antagonismo de classes. A emancipação da classe oprimida então implica necessariamente na criação de uma nova sociedade (...) De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a própria classe revolucionária” (MARX, 1973b, p. 173-174).

A opressão de classe compele à união dos trabalhadores em condições comuns de trabalho na medida em que o sistema se expande. Ela é organizada através do processo de extração de trabalho, ou exploração, mas acarreta um vasto reino de experiências que se passam tanto no local de trabalho quanto fora dele. Acesso limitado ao emprego, condições precárias de habitação, acesso limitado à escolas e cuidados médicos, ideologias elitistas e assim por diante podem todos ser vistos hoje como aspectos de opressão de classe. A penetração da ideologia da classe dominante como parte do treinamento e socialização da classe trabalhadora é também uma característica da opressão de classe. Na *Ideologia Alemã*, Marx escreveu notavelmente que as ideias dominantes de qualquer época são as ideias da classe dominante. Vale a pena reconsiderar essa visão no contexto da ideologia racista (MARX, 1970, p. 64).

## Racismo, opressão de classe e opressão específica

Na medida em que o sistema capitalista se expandiu, uma tendência à universalização da opressão de classe se desenvolveu. Por um período de tempo durante a expansão industrial na Europa e na América do Norte, esse desenvolvimento se manifestou em uma tendência a tratar todos os trabalhadores como escravos ao invés de como trabalhadores “livres”. Marx identifica a conexão com a escravidão nas ideias de alguns dos setores mais competitivos da classe dominante. O trabalho de supervisão e gerenciamento depende da antítese entre trabalho e capital. E é justificado, ao menos em parte, por confiança na ideologia e práticas racistas aprendidas pela classe dominante no período da escravidão. No terceiro volume do *Capital*, Marx aborda essa confiança citando um exemplo específico para demonstrar como a classe dominante do Estados Unidos aprendeu a importância da servidão de classe, ou opressão de classe, com a escravidão da *plantation*. Marx cita sarcasticamente um “campeão particular da escravidão nos Estados Unidos, um advogado chamado O’Connor, em uma reunião realizada em Nova York em 19 de dezembro 1859, sob o slogan ‘Justiça para o Sul’”. Citando Mr. O’Connor, Marx indica como a classe capitalista dos Estados Unidos aprendeu os benefícios do trabalho assalariado como “o trabalhador assalariado, como o escravo, deve ter um mestre que o coloque para trabalhar e o domine” (O’CONNOR *apud* MARX, 1978, p. 385).

A condição da opressão de classe não é, contudo, unidimensional. Aquilo que há em comum na experiência como uma classe é contraposto pela diferenciação imposta pela opressão específica, onde grupos definidos dentro e através das classes, identificados por características determinadas, são sujeitos a práticas discriminatórias específicas. A opressão de classe comum também é afetada pela condição generalizada de alienação, a qual fornece o pano de fundo do porquê setores das classes oprimidas são receptivos ao racismo e outras ideias e práticas opressivas. A noção de “dívida e domine” foi originalmente usada pelo imperador romano Tiberius no primeiro século d.C, mas se provou muito útil como um princípio guia para classes dominantes posteriores (CALLINICOS, 1993, p. 39). Em uma atmosfera de competição, os setores mais bem sucedidos da burguesia aprendem a dominar através de táticas de divisão e

conquista, onde a opressão específica serve para esconder a opressão comum enquanto classe. Algumas formas de opressão específica precedem o desenvolvimento capitalista, a mais velha e mais duradoura sendo a opressão das mulheres.

A opressão racial provou ser um mecanismo muito efetivo e adaptável para os interesses capitalistas em progresso. O aspecto fundamental da ideologia racista que definiu a acumulação de capital durante o período da escravidão atlântica e marcou a ascensão do sistema capitalista em uma escala global é consistente com o projeto da fase industrial de acumulação capitalista. Isso não é sugerir que o racismo não evoluiu e mudou. No entanto, os elementos do racismo da escravidão, o racismo do colonialismo, o racismo do controle de imigração e o racismo dos “confrontos” entre civilizações depois do 11 de setembro tem mais similaridades do que diferenças (ALEXANDER 1987; BAKAN 2005). Características determinadas de baixo status, consideradas como universais a um subconjunto da humanidade sobre a base de características inatas, seja como parte da biologia ou da “cultura” associada com o local de origem, tem definido as ideologias racializadas através de vários períodos históricos. Apesar da base biológica de “raça” ter sido repetidamente demonstrada enquanto um constructo ideológico sem base científica, a experiência real e vivida de discriminação aberta e sistêmica baseada na ideia de raça, e no racismo, não é menos irrefutável.

A dupla natureza da opressão para Marx se relaciona com as relações contraditórias associadas com a exploração. O capitalismo em sua dinâmica forma industrial une a classe trabalhadora como força de trabalho desprovida de fontes de subsistência outras que a economia assalariada; mas também força a competição entre trabalhadores. Esse padrão contraditório, dialético, é descrito por Marx (1971) em seus escritos sobre a questão irlandesa. Marx enfatiza a ação recíproca entre os interesses da classe capitalista e o uso do racismo anti-irlandês para dividir a classe trabalhadora. Focando no que nós denominamos “opressão específica”, Marx identifica como a ideologia de preconceito anti-irlandês projetou uma identidade artificial interclasses entre trabalhadores britânicos e o estado imperialista britânico (CALLINICOS 1993, p. 34-36). Em uma carta escrita em 9 de abril de 1870, com relação às relações da opressão irlandesa pelo capitalismo britânico, Marx resume como a opressão,

aqui a opressão racista em particular, combinada com o nacionalismo, opera dentro do sistema capitalista.

Todo centro industrial e comercial na Inglaterra possui uma classe trabalhadora *dividida* em dois campos hostis, proletários Ingleses e proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um competidor que reduz o seu nível de vida. Em relação ao trabalhador irlandês, ele se sente um membro da nação *dominante* e então se torna uma ferramenta dos aristocratas e capitalistas de seu país *contra a Irlanda*, dessa forma fortalecendo sua dominação *sobre ele próprio*. Ele nutre preconceitos religiosos, sociais e nacionais contra o trabalhador irlandês. Sua postura é basicamente a mesma que a dos “pobres brancos” para com os “*niggers*” nos antigos estados escravistas dos Estados Unidos. O homem irlandês lhe devolve com juro em sua própria moeda. Ele vê no trabalhador inglês de pronto o cúmplice e ferramenta estúpida do *domínio inglês na Irlanda*. Esse antagonismo é mantido vivo e intensificado artificialmente pela imprensa, pelos pregadores, pelos quadrinhos, resumidamente, por todos os meios à disposição das classes dominantes. Esse *antagonismo é o segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa*, apesar da sua organização. É o segredo através do qual o capitalista mantém o seu poder. E aquela classe tem completa noção disso. (MARX, 1975)

A tendência a dividir os trabalhadores em relações competitivas em relação uns aos outros toma a forma de acesso diferenciado a salários e direitos trabalhistas e da oferta seletiva de um “salário psicológico” (DU BOIS, 1969). Isso também afeta as vidas dos trabalhadores fora do seu espaço imediato de exploração, ou local de trabalho, com relação à distribuição do excedente. A discriminação no acesso à distribuição do salário social – afetando serviços como cuidado médico, educação pública, o sistema judiciário e assim por diante – são similarmente afetadas pela opressão específica.

A opressão é fluida, operando em parte para fazer o processo de exploração parecer opaco, reificado ou fetichizado, escondendo a realidade do status minoritário e explorador da classe dominante (LUKÁCS, 1971, p. 83-222). Também é uma forma através da qual certos setores dentro do grupo opressor dentro da classe trabalhadora podem explicar seu sentimento de alienação dos demais, que são mais como eles do que diferentes, mas com relação a quem eles têm um sentimento de competição e distância. Através da perpetuação de

mecanismos ideológicos e institucionais estruturados de identificação com a classe dominante, um setor dos explorados pode vir a acreditar que eles são na verdade superiores a um outro setor de trabalhadores.

### Privilégio reconsiderado: racismo, alienação e opressão específica

A relação de opressão com privilégio pode ser considerada sob essa luz. A noção de privilégio branco, ou supremacia branca, precisa ser considerada historicamente como um aspecto de relações específicas e dinâmicas. A natureza mutável do privilégio não significa que ele é “irreal” ou puramente efêmero para as estruturas sociais de exploração. Enquanto os privilégios da classe opressora estão estruturados no processo de acumulação e reforçados pela alienação e opressão, os privilégios relativos dispensados para setores das classes oprimidas são contingentes. Uma forma dada de opressão pode ser cultivada pela classe exploradora, inclusive através do Estado, para encorajar a competição entre os trabalhadores. Membros da classe trabalhadora podem e de fato adotam ideologias e práticas opressivas contra outros de sua própria classe, não de uma forma instrumental, mas por que eles vem a acreditar e apoiar tais visões. Ao mesmo tempo, essas ideias podem ser desafiadas e são com frequência postas em contradição pelas experiências da opressão de classe comum. Não há leis de movimento gerais e abstratas sobre esses processos; eles precisam ser considerados em contextos históricos específicos.

Por exemplo, a construção da branquitude da classe trabalhadora como privilégio foi somente em algumas circunstâncias o produto de considerável esforço da parte de setores da classe dominante. Noel Ignatiev descreve a identificação original, espontânea de imigrantes irlandeses pobres com a população negra americana dos Estados Unidos. Isso foi atingido por um esforço consciente e sustentado pelos interesses de elite de dividir a classe trabalhadora irlando-americana e de ganhar a maioria dos irlando-americanos de todas as classes para a identificação com a sociedade branca. A construção ideológica de uma cultura de racismo definida pela hegemonia branca pode ser traçada historicamente.

“O que significou para o Irlandês se tornar branco na América? Não significou que eles se tornaram todos ricos, ou mesmo ‘classe-média’ (seja como isso for definido); até os dias de hoje há muitos irlandeses pobres (...) para os trabalhadores irlandeses, se tornar branco significou no início que eles poderiam vender a si próprios aos poucos ao invés de serem vendidos pela vida toda, e depois que eles poderiam competir por trabalhos em todas as esferas ao invés de serem confinados a certos trabalhos; para empreendedores irlandeses, significou que eles poderiam funcionar fora de um mercado segregado. Para ambos os grupos significou que eles eram cidadãos de uma república democrática, com o direito de eleger e ser eleito, de ser julgado por um júri de seus pares, de viver onde quer que eles pudessem pagar e de gastar, sem restrições radicalmente impostas, qualquer dinheiro que eles conseguissem adquirir. Ao se tornarem brancos os irlandeses deixaram de ser verdes” (IGNATIEV, 1995, p. 2-3).

Em um outro exemplo dos Estados Unidos, as evidências sugerem que nas *plantations* de tabaco da Virginia colonial a plutocracia no início se baseou “principalmente sobre as costas de trabalhadores ingleses compulsórios, não escravos americanos” (FIELDS, 1990, p. 102). Uma escassez de trabalho atraiu os interesses de proprietários de *plantation* para importar trabalhadores da África; uma abundância de terra estava disponível imediatamente se os trabalhadores escapassem, resultando em que os proprietários de *plantation* vinculassem o trabalho à terra. A relação dos brancos com os trabalhadores negros foi alterada na medida em que as condições históricas mudaram. Um padrão similar de recrutamento de trabalho ocorreu no Caribe Inglês, movendo-se de trabalho forçado europeu branco para escravidão africana negra (WILLIAMS, 1944).

A forma como a branquitude e a negritude impactam sobre o desenvolvimento da força de trabalho em qualquer sociedade capitalista dada não pode ser discernida pela pressuposição de que leis de movimento inexoráveis são determinantes. A opressão racial, ademais, é também afetada por e afeta outras formas de opressão baseadas na nacionalidade ou gênero, por exemplo (SUGIMAN, 2001). Em um estudo de trabalhadores brancos e negros no sul dos Estados Unidos, Al Szymanski descobriu que “quanto maiores os ganhos dos negros com relação aos brancos, maior os ganhos dos brancos com relação a outros brancos” em outros estados (SZYMANSKI, 1976, p. 409). O poder de ganho dos trabalhadores brancos foi melhorado por uma maior organização da parte dos trabalhadores negros. Em tais casos, o salário psicológico, ou a



ideologia do privilégio, opera como um substituto por uma perda de, ao invés de uma justificação por, aumento em ganho material.

O sentimento de privilégio cultivado entre aquele setor de trabalhadores sobre outro pode ou não ser acompanhado por benefícios materiais, e a natureza desse benefício material é variável. Indivíduos no grupo opressor podem e desenvolvem um sentimento de superioridade sobre outros trabalhadores. Mas esse sentimento de superioridade não é o único sentimento. Manter essa noção de superioridade é parte de como a opressão opera na sociedade capitalista e parte do terreno contestado na batalha por hegemonia da classe dominante. A noção de superioridade ou privilégio é contradita pela experiência da opressão de classe comum. Isso é uma questão subjetiva, sobre o desenvolvimento da classe para si, não algo que seja o produto de leis lineares ou universais. Há dinâmicas contraditórias que variam historicamente e não podem ser reduzidas a um padrão único e consistente, mesmo entre sociedades capitalistas.

Essa noção de privilégio sobre outro ser humano, no entanto, pode ser e frequentemente é sustentada por certo níveis de vantagem social ou política. Tais vantagens são também contingentes, determinadas não pela classe trabalhadora ou outras classes oprimidas, mas por aqueles que tem acesso ao trabalho excedente extraído da classe trabalhadora como um todo. Acesso diferenciado à direitos econômicos, políticos e sociais e experiências diferenciadas de subordinação e exclusão são endêmicas aos processos do capitalismo moderno. Tais padrões de discriminação sistêmica tem sido extensivamente documentados e indicam a abrangência da opressão (AGOCS, 2002).

### Conclusão: estendendo o diálogo

Este artigo sugeriu que há espaço para estender um diálogo entre teoria antirracista baseada na política da diferença e o marxismo. Foi sugerido para além disso que os conceitos de exploração, alienação e opressão, enraizados na estrutura de análise original de Marx podem ser úteis em fornecer algumas noções teóricas comuns, e, ademais, em estabelecer maneiras de analisar

processos interconectados no capitalismo realmente existente. A exploração se refere a relações sociais que se desenvolvem e são reproduzidas no processo de extração econômica de excedente. A alienação se refere ao distanciamento geral dos seres humanos daquilo que faz deles de fato humanos. A opressão pode ser vista operando em duas formas distintas, como uma opressão de classe e como uma opressão específica. A opressão é variável e contingente; é, contudo, necessária para a reprodução das relações sociais do capitalismo.

A opressão é distinta tanto da exploração quanto da alienação; ela é parte de como qualquer sociedade de classe específica dada opera – como a classe dominante domina e perpetua divisões entre aqueles que ela domina. É variável e sujeita a condições, opções e restrições específicas que são historicamente concretas. Como parte do tecido cultural, legal e social da sociedade, a opressão opera com a exploração e pode expressar formas específicas através das quais a exploração ocorre concretamente.

A opressão também opera com a alienação, frequentemente como a expressão concreta de qualquer forma dada de alienação em um momento específico. No entanto, quando a opressão ocorre, somente os dominados são oprimidos; o opressor não sofre da mesma forma que o oprimido e pode se beneficiar de várias formas do ato de oprimir o “outro”. Mas, novamente, a natureza do “benefício” precisa ser estudada historicamente. Pode aparentar ser um benefício, um aspecto da reificação das relações humanas, mas na verdade esconder um déficit ou perda material. Tanto o opressor quanto o oprimido sofrem alienação, mas a condição de opressão garante que eles não experimentem sua alienação como uma condição humana comum. Pelo contrário, a experiência de alienação do opressor e a alienação do oprimido é reforçada, codificada, dada a aparência de “racional” e reificada, como se constituísse uma condição permanente de separação e distância.

O racismo é um conjunto de ideias e práticas institucionais que atribuem divisões de superioridade/inferioridade de acordo com um conjunto determinado e construído de características biológicas e/ou culturais que são falsamente consideradas como inerentes e permanentes aos subgrupos humanos. O racismo é variável e adaptável, mas se provou notavelmente valioso para os interesses capitalistas e imperialistas através dos séculos. Categorias específicas sugeridas aqui nessa estrutura de análise são o racismo como uma

codificação de alienação, onde a alienação é articulada como hegemonia branca; o racismo como opressão específica; e o privilégio racial como uma categoria historicamente concreta que precisa ser localizada em contextos vividos específicos. Essa abordagem é sugerida como uma contribuição para um diálogo entre perspectivas antirracistas informadas pelas políticas da diferença e o marxismo.

Ao mesmo tempo que estender tal diálogo é desafiador, há, talvez, riscos envolvidos em um caminho alternativo de anulação do conflito. Teóricos antirracistas podem na verdade estar sugerindo um foco no racismo como alienação e opressão, enquanto os marxistas se focam no efeito do racismo no processo de exploração. Um diálogo renovado pode oferecer a promessa de uma síntese criativa e uma emergência de alianças estratégicas fortalecidas contra o racismo, capitalismo e imperialismo.

### Referências bibliográficas

- AGOCS, C. *Workplace equality: international perspectives on legislation, policy and practice*. London: Kluwer Law International, 2002.
- ALEXANDER, P. *Racism, resistance and revolution*. London: Bookmarks, 1987.
- ALLEN, T. *The invention of the white race*. London: Verso, 1994 (Volume one: racial oppression and social control).
- \_\_\_\_\_. *The invention of the white race*. London: Verso, 1997 (Volume two: the origin of racial oppression in Anglo-America).
- ALTHUSSER, L. *For Marx*. Harmondsworth: Penguin, 1969.
- ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. *Reading Capital*. New York: Pantheon, 1970.
- ANDERSON, K. *Lenin, Hegel, and western Marxism: a critical study*. Chicago: University of Illinois, 1995.
- \_\_\_\_\_. Marx on suicide in the context of his other writings on alienation and gender. In: PLAUT, E.; ANDERSON, K. *Marx on suicide*. Evanston: Northwestern University, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity and non-western societies*. Chicago: University of Chicago, 2010.

- ASHE, S. D.; MCGEEVER, B. Marxism, racism and the construction of 'race' as a social and political relation: an interview with Professor Robert Miles. *Ethnic and Racial Studies*, n. 34, v. 12, p. 2009-2026, 2011.
- BAKAN, A. B. Plantation slavery and the capitalist mode of production: an analysis of the development of the Jamaican labour force. *Studies in Political Economy*, n. 22, p. 73-99, 1987.
- \_\_\_\_\_. Capital, Marxism and the world economy: APEC and the MAI. In.: BAKAN, A.; MACDONALD, E. *Critical political studies: debates and dialogues from the Left*. Montreal: McGill-Queen's University, 2003.
- \_\_\_\_\_. Marxism and anti-racism: rethinking the politics of difference. *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture and Society*, n. 20, v. 2, p. 238-256, 2008.
- \_\_\_\_\_. Marxism, oppression and liberation. *Marxism*, n. 2, p. 51-61, 2004.
- \_\_\_\_\_. Imperialism and its discontents. *Labour/Le Travail*, n. 56, p. 269-282, 2005.
- BAKAN, A. B.; STASIULIS, D. *Negotiating citizenship: migrant women in Canada and the global system*. Toronto: University of Toronto, 2005.
- BALIBAR, E. *Politics and the Other Scene*. London: Verso, 2002.
- BANAJI, J. *Theory as history: essays on modes of production as exploitation*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2010.
- BANNERJI, H. *Thinking through: essays on feminism, Marxism and anti-racism*. Toronto: Women's Press, 1995.
- BAUM, B. *The rise and fall of the caucasian race: a political history of racial identity*. New York: New York University, 2006.
- BLACKBURN, R. *The making of new world slavery: from the baroque to the modern, 1492-1800*. London: Verso, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The overthrow of colonial slavery, 1776-1848*. London: Verso, 1998.
- \_\_\_\_\_. *An unfinished revolution: Karl Marx and Abraham Lincoln*. London: Verso, 2011.
- CALLINICOS, A. *Is there a future for Marxism?* New Jersey: Humanities, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Race and class*. London: Bookmarks, 1993.
- COX, J. An Introduction to Marx's theory of alienation. *International Socialism*, n. 79, p. 41-62, 1998.
- DAVIES, C. B. *Left of Karl Marx: the political life of black communist Claudia Jones*. Durham: Duke University, 2007.

- DAVIS, A. *Women, Race and Class*. New York: Random House, 1983.
- DHAMOON, R. *Identity/difference politics: how difference is produced, and why it matters*. Vancouver: University of British Columbia, 2010.
- DU BOIS, W. *Black reconstructionism in America, 1860–1880*. New York: Simon and Schuster, 1969.
- DUNAYEVSKAYA, R. *Philosophy and revolution: from Hegel to Sartre, and from Marx to Mao*. New York: Delacorte, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Rosa Luxemburg, women's liberation and Marx's philosophy of revolution*. New Jersey: Humanities, 1981.
- FANON, F. *The wretched of the Earth*. Farrington, New York: Grove, 1963.
- FIELDS, B. J. Slavery, Race and ideology in the United States of America. *New Left Review*, n. 181, p. 95-118, 1990.
- FONER, P. S. (ed.). *W.E.B. Du Bois speaks: speeches and addresses, 1920– 1963*. New York: Pathfinder, 1970
- FRYER, P. *Staying power: The history of black people in Britain*. London: Pluto, 1984.
- GALABUZI, G. *Canada's economic apartheid: the socialization of racialized groups in the new century*. Toronto: Canadian Scholars, 2005.
- \_\_\_\_\_. Marxism and anti-racism: extending the dialogue on race and class. *Marxism: A Socialist Annual*, n. 5, p. 47-9, 2007.
- GILROY, P. *Postcolonial melancholia*. New York: Columbia University, 2004.
- GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1971.
- HENRY, F.; TATOR, C. State policy and practices as racialized discourse: multiculturalism, the charter, and employment equity.” In.: LI, P. *Race and ethnic relations in Canada*. Toronto: Oxford University, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Discourses of domination: racial bias in the Canadian English-Language press*. Toronto: University of Toronto, 2002.
- IGNATIEV, N. *How the Irish became white*. New York: Routledge, 1995.
- JAMES, C. E. *Experiencing difference*. Halifax: Fernwood, 2000.
- JAMES, C.L.R. *The Black Jacobins: Toussaint L'Overture and the San Domingo Revolution*. New York: Vintage Books, 1989.
- JARAH, N. Edward Said discusses 'orientalism,' Arab intellectuals, Marxism and myth in Palestinian history. *Al Jadid Magazine*, n. 28, v. 5, 1999. Disponível em: [www.aljadid.com](http://www.aljadid.com).

- LEIMAN, M. M. *The political economy of racism*. Chicago: Haymarket Books, 2010 [1993].
- LEVINE-RASKY, C. The practice of whiteness among teacher candidates. *International Studies in Sociology of Education*, n. 10, v. 3, p. 263-284, 2000.
- LOOMBA, A. *Colonialism and postcolonialism*. New York: Routledge, 2005.
- LUKÁCS, G. *History and class consciousness: studies in Marxist dialectics*. Cambridge: MIT, 1971.
- MARX, K. *Capital*. Moscow: Progress Publishers, 1961. v. I (A critical analysis of capitalist production)
- \_\_\_\_\_. *Early writings*. New York: McGraw Hill, 1963.
- \_\_\_\_\_. *The German ideology*. New York: International Publishers, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Ireland and the Irish question*. Moscow: Progress Publishers, 1971.
- \_\_\_\_\_. On the Jewish Question. In: TUCKER, E. (ed.). *The Marx-Engels Reader*. New York: W.W. Norton, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: introduction to the critique of political economy*. Harmondsworth: Penguin, 1973a.
- \_\_\_\_\_. *The poverty of philosophy*. New York: International Publishers, 1973b.
- \_\_\_\_\_. Marx to Sigfrid Meyer and August Vogt in New York, 9 April 1870. In.: MARX, K.; ENGELS, F. *Selected Correspondence*. Moscow: Progress Publishers, 1975. Disponível em: <http://bit.ly/2eUNhgE>.
- \_\_\_\_\_. *Capital*. Moscow: Progress Publishers, 1977. v. II (The process of circulation of capital)
- \_\_\_\_\_. *Capital*. Moscow: Progress Publishers, 1978. v. III (The process of capitalist production as a whole).
- MESZAROS, I. *Marx's theory of alienation*. New York: Harper, 1972.
- MILES, R. *Racism and migrant labour: a critical text*. London: Routledge and Kegan Paul, 1982.
- \_\_\_\_\_. Marxism versus the "sociology of race relations". *Ethnic and Racial Studies*, n. 7, v. 2, p. 217-227, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Capitalism and unfree labour: anomaly or necessity?* London: Tavistock, 1987.
- \_\_\_\_\_. Beyond the 'race' concept: the reproduction of racism in England. In.: LEPERVANCHE, M.; BOTTOMLEY, G. *The cultural construction of race*. Sydney: Sydney Association for Studies in Society and Culture, 1988.
- MILLS, C. *The racial contract*. Ithaca: Cornell University, 1997.

- NIMTZ, A. H. *Marx, Tocqueville and race in America: The 'absolute democracy' or 'defiled republic.'* New York: Lexington, 2003.
- RAZACK, S. *Race, space and the Law: Unmapping a white settler Society.* Toronto: Between the Lines, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Dark threats and white knights: the Somalia affair, peacekeeping and the new imperialism.* Toronto: University of Toronto, 2004.
- REIN, S. *Reading Dunayevskaya: engaging the emergence of Marxist humanism, 1930-1955.* Tese de Doutorado, University of Alberta, 2007.
- RESNICK, S.; WOLFF, R. *Knowledge and class a Marxian critique of political economy.* Chicago: University of Chicago, 1989.
- ROBINSON, C. J. *Black Marxism: the making of the black radical tradition.* Chapel Hill: University of North Carolina, 2000.
- RODNEY, W. *How Europe underdeveloped Africa.* London: L'Ouverture, 1972.
- ROEDIGER, D. *The wages of whiteness.* New York: Verso, 1999.
- ROSDOLSKY, R. *The making of Marx's "Capital".* London: Pluto, 1977.
- SAID, E. *Orientalism.* New York: Vintage Books, 2003.
- SANBONMATSU, J. The postmodern Prince: critical theory, Left strategy and the making of a new political subject. New York: Monthly Review, 2004.
- SAUL, J. Identifying Class, Classifying Difference. In.: Panich, L., Leys, C. *Fighting identities: race, religion and ethno-nationalism.* London: Merlin, 2003.
- SCOTT, J., Meyerson, G. An interview with Theodore W. Allen. *Cultural Logic: Marxist Theory and Practice*, n. 1, v. 2, 1998. Disponível em: <http://bit.ly/2fPct2R>.
- SHOHAT, E. Notes on the postcolonial. *Social Text*, n. 31/32, p. 99-113, 1993.
- SHOHAT, E., Stam. R. *Unthinking eurocentrism: multiculturalism and the media.* London: Routledge, 1994.
- SINGH, N. P. *Black is a country: race and the unfinished struggle for democracy.* Cambridge, MA: Harvard University, 2004.
- SOLOMOS, J.; BACK, L. *Marxism, Racism, and Ethnicity.*" In.: TORRES, R.; MIRON, L.; INDA, J. (ed.). *Race, identity and citizenship: a reader.* Oxford: Blackwell, 1999.
- SUGIMAN, P. Privilege and oppression: the configuration of race, gender and class in Southern Ontario auto plants, 1939 to 1949. *Labour/Le Travail*, n. 47, p. 83-113, 2001.

SZYMANSKI, A. Racial Discrimination and White Gain. *American Sociological Review*, n. 41, v. 3, p.403-414, 1976.

THOMPSON, E. P. *The poverty of theory: or an orrery of errors*. London: Merlin, 1995.

WEST, C. The New Cultural Politics of Difference. In.: FERGUSON R., GEVER, M., MINH-HA, T., WEST, C. (ed.). *Out there: marginalization and contemporary cultures*. Cambridge: MIT, 1990.

WILLIAMS, E. *Capitalism and slavery*. New York: Capricorn, 1944.